

BRESSER PEREIRA

REFORMA INSTITUCIONAL, COMPETITIVIDADE E AUTONOMIA FINANCEIRA



Quero em primeiro lugar agradecer aos organizadores deste Congresso, pelo convite. É um prazer poder debater com vocês e especialmente com a professora Marilena Chauí. Eu estava contando à professora Marilena, que conheço há muitos anos, que no ano passado eu passei o segundo semestre em Oxford, depois de ter saído do governo. E em Oxford escrevi um *paper* que chamava-se “Incompetência e *Confidence Building* (é melhor falar em inglês esse *Confidence Building*) Por Trás da Quase Estagnação da América Latina nos Últimos Vinte Anos” (N.R.: esse artigo, *Incompetence and Confidence Building Behind Latin America's 20 Years Old Quasi-Stagnation*, está disponível no site www.bresserpeireira.ecn.br).

O objetivo do *paper* era explicar fundamentalmente, como o próprio título já diz, por que a América Latina, que entrou numa profunda crise no início dos anos oitenta, demorou tanto tempo a sair dela, até hoje não saiu e por que então dessa forma permaneceu praticamente estagnada.

O crescimento da América Latina nos últimos vinte anos foi de 0,5% ao ano de renda per capita, enquanto os países da OCDE continuavam crescendo a 2,5% ao ano, cinco vezes mais. Expliquei que isso se devia em grande parte à incompetência dos economistas, e não só incompetência dos economistas mas também incompetência que era técnica, incompe-

tência que era emocional, medo, arrogância, de um lado; e de outro lado era também a prática do *Confidence Building*, de pensar, imaginar que Washington, Nova Iorque tenham o saber universal e adotar as políticas que eles sugerem sem crítica.

Quando apresentei esse *paper* — primeiro apresentei para um grupo de amigos meus na Universidade de Nova Iorque, depois à própria Oxford — eles me per-

***Não creio que opor
universidade crítica a
universidade produtiva
seja uma forma feliz de
enfrentar o problema
que estamos
enfrentando. Não
consigo separar esses
dois objetivos, a
universidade deve ser
crítica e produtiva***

guntaram: “Mas vocês não aprendem com os seus erros”? Tomei um susto com a primeira vez, com a segunda me deixou um pouco atrapalhado ainda, na terceira comecei a pensar numa resposta para essa pergunta. Porque realmente você cometer erros, como por exemplo querer basear o desenvolvimento econômico do país em financiamento externo, ou tentar estabilizar a economia mantendo

uma taxa de câmbio completamente sobrevalorizada, e repetir o erro, isso é quase incompreensível, quer dizer, realmente você não está aprendendo dos seus erros. Mas por quê? Burros nós não somos. Por que, então, nós não aprendemos dos nossos erros? E eu achei que a explicação fundamental é que nós não sabemos fazer o debate público.

Porque o debate público é impressionante num país como a Inglaterra, eu passei lá quatro meses, e se debate tudo, o tempo todo, sistematicamente, não escapa nada do debate. Mas é um debate de verdade, porque é um debate sobre questões, jamais sobre pessoas. Nunca você diz “esse é atrasado”, “esse é neoliberal”. Não. “Esse é isso, esse é aquilo”. Isso não interessa. O que interessa é aquela questão que você está discutindo. Enquanto aqui no Brasil ninguém respeita o outro, nem um lado nem o outro. E isso é um desastre, porque quando você não respeita você cria ódio e não vai apreender nada.

O nosso problema aqui é a universidade. E a questão é quais são os objetivos da universidade. Aceitei o convite para participar de um debate na USP, patrocinado pelos professores da Universidade, com a Marilena Chauí, sobre a Universidade. Aí vi que o título é “A Universidade que Queremos, Crítica ou Produtiva”. Ou produtivista, não sei. Vou ficar com “produtiva”. Se tivesse que escolher entre uma universidade produtiva e uma universidade crítica, eu não teria a menor dúvida, prefiro uma crítica.

Nenhuma dúvida. Agora, a minha questão é que não creio que essa antítese seja uma forma feliz de enfrentar o problema que nós estamos enfrentando na Universidade. Quer dizer, opor universidade crítica a universidade produtiva. Não creio que seja por aí.

Porque, em primeiro lugar, a universidade tem que ser crítica. Se a universidade não for crítica, não é universidade. Ela tem que ser crítica em dois níveis: em primeiro lugar tem que ser crítica da própria ciência. Que é ciência? A ciência é a crítica do conhecimento atual para você avançar com ele. É isto. O velho Marx já dizia que o bom senso é o inimigo da ciência. De repente vem um cientista e avança, ele vai contra, critica as teorias existentes, critica as idéias existentes e vai adiante. Então, esse é o primeiro papel crítico da universidade, que é absolutamente fundamental.

O segundo papel é que não existem apenas ciências exatas, existem também ciências sociais, em que há valores, há crenças, há ideologias, e trata da gente, onde há injustiça, e nós vivemos num país profundamente injusto, um país subdesenvolvido, um país cheio de problemas. E ao apresentar essa sociedade, ao tentar analisar a sociedade, nos cursos de economia, de sociologia, de ciência política, de antropologia, de filosofia, você não ser capaz ao mesmo tempo de criticar o que nós temos diante de nossos olhos seria realmente uma negação de si própria da universidade absolutamente inaceitável. Não temos

sido muito críticos nem numa coisa nem noutra nos últimos anos no Brasil.

Mas que significa ser uma universidade *produtiva*? Será que você ser crítico, significa então que você não pode ser produtivo? Que é uma universidade produtiva? No meu entender, uma universidade produtiva é fundamentalmente uma universidade que produz conhecimento. Porque é para isso que a universidade foi criada, fun-

***A universidade
privada, a universidade
que visa lucro, é
para mim um aborto.
É absolutamente
inaceitável do
meu ponto de vista
de valores. Sei que
existe no Brasil,
mas em países
civilizados não tem***

damentalmente para produzir conhecimento. Então, se ela não for produtiva, no sentido de não produzir conhecimento, ela não interessa. Não é universidade. Mas não é só conhecimento: ela produz conhecimento, conhecimento novo, mas tem que produzir ensino também. Ela tem que ensinar, e ensinar com boa qualidade. Se não produzir ensino, não é uma universidade. Se não fizer publica-

ções, também não é universidade. Então, vejo que o problema de ser produtivo e ser crítico são duas coisas que se somam. Uma universidade produtiva é também uma universidade crítica.

Agora, você precisa produzir conhecimento, ensino, pesquisa, publicações de qualidade, com excelência. É isso. Quando você faz isso tem que fazê-lo criticamente: dentro da excelência está a crítica. Na análise dos problemas que você enfrenta, tem que fazer a análise dos problemas mas tem que fazer a crítica dos problemas também. São duas atitudes diferentes e que se somam, se interpenetram, isso é fundamental. Agora, se for uma universidade, por exemplo, que produz só ensino, não produz pesquisa, isso não é universidade, é um *college*. Eu não consigo separar esses dois objetivos, para mim universidade deve ser crítica e produtiva. E as duas coisas fortemente, para produzir excelência, criticamente.

Agora, há outras questões que são mais importantes, mais fundamentais, e que vão mais ao cerne da nossa crise. Que vão mais ao cerne do problema que nós estamos vivendo. A universidade deve ser pública ou privada? Isso é uma questão. Eu não tenho a menor dúvida, a mais longínqua dúvida, de que a universidade deve ser pública. Entendo que a universidade privada, a universidade que visa lucro, é para mim um aborto. É alguma coisa absolutamente inaceitável do meu ponto de vista de valores. Eu sei que existe aí na sociedade, sei que existe no Brasil, mas em países

civilizados não tem. Eu não conheço nenhuma universidade privada na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia. Privada, não conheço. Universidade que visa lucro.

Aí então, “mas o que você está entendendo por universidade pública, universidade privada?” Isso é importante. Pública é a universidade que tem objetivos públicos. Pública é a universidade que existe em função do interesse público, e não no interesse dos seus proprietários. Uma universidade que é privada é aquela que existe em função dos interesses dos seus proprietários. No mundo capitalista, as empresas são privadas. Elas existem no interesse dos seus proprietários. Para que elas ajam de forma pública, é preciso que a mão invisível do Adam Smith funcione. É preciso que, cada um defendendo seu próprio interesse, através do mercado você possa então fazer com que os interesses dos demais sejam atingidos. Mas uma empresa privada é privada, ponto final.

Tudo muito bem. Agora, transformar em empresas coisas que estão relacionadas com direitos fundamentais da humanidade, como é o caso de educação e saúde, transformar isso em privado, transformar isso em objeto de lucro, para mim é um escândalo. Para mim é inaceitável, acho que não devíamos ter. E nossa sociedade está falhando quando isso acontece. Isso em todos os níveis de ensino, no ensino básico, fundamental, no médio e no ensino superior. O ensino deve ser público.

Agora, que é universidade pública? Universidade pública é sinônimo de universidade estatal? Não, de forma nenhuma. Quer dizer, uma coisa é ser universidade estatal, outra coisa é ser pública. A estatal em princípio é pública, por definição é pública, embora ela possa ser distorcida muitas vezes e deixar de ser tão pública

Por que, ao lado de uma elite de professores de alto nível, você tem, em todas as universidades públicas estatais, grande quantidade de professores medíocres e, o que é pior, grande quantidade de professores que trabalha pouquíssimo?

quanto gostaríamos. Mas não importa. Uma estatal é sempre pública. Mas existem muitas instituições que são públicas, não estatais. A instituição na qual eu trabalho há quarenta anos, que é a Fundação Getúlio Vargas, é assim. Mas não é só isso: a Harvard University é assim, a Universidade de Chicago é assim, o MIT é assim, a Universidade de Oxford é assim, a Universidade de Cambridge é as-

sim. São absolutamente públicas. São públicas, não estatais. Então, meu entendimento é que a universidade deve ser pública, mas pode ser pública estatal ou não estatal.

Aí vem mais uma pergunta: por que a universidade brasileira está em crise? Não estou falando da USP, a USP é a melhor universidade do Brasil, é a grande universidade do Brasil, é a minha universidade, não onde eu trabalho, mas onde eu fiz a minha graduação, o meu doutorado e a minha livre-docência. Tenho o maior respeito por essa universidade, tenho mais que respeito, tenho o maior amor por essa universidade. Hoje minha atividade é exclusivamente acadêmica, podem imaginar que tenho muitos amigos dentro dessa universidade, porque ela é muito importante para o Brasil e para mim. O sistema universitário público estatal, no Brasil, está em crise.

Que crise é essa? Por quê os salários são tão baixos na universidade pública brasileira? São incrivelmente baixos. Por quê? Por que a produção acadêmica é relativamente baixa? Muito aquém do que seria razoável. Sei que a USP é melhor, mas pegue a média. Por quê o número de teses de doutorado é grande, mas a qualidade das teses de doutorado está longe de ser uma maravilha? Por quê? Por que, ao lado de uma elite de pesquisadores e professores de alto nível, você tem, em todas as universidades públicas estatais, uma grande quantidade de professores medíocres, e, o que é pior, uma grande quantidade de profes-

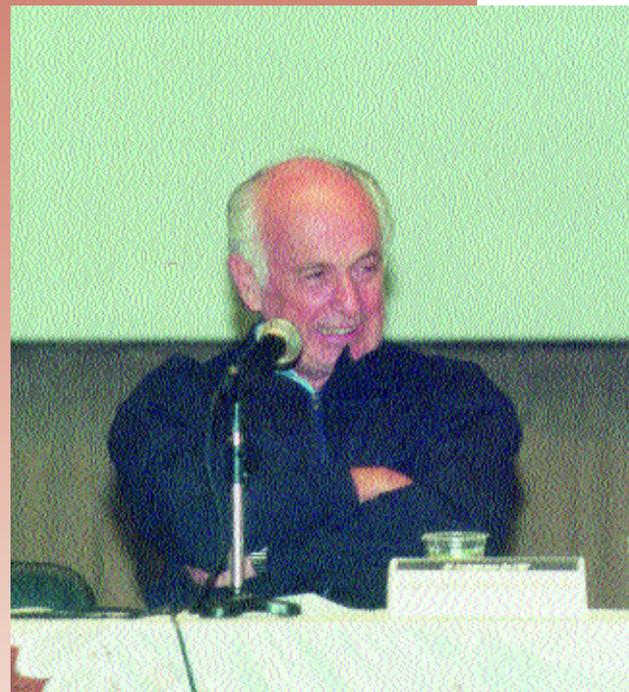
sores que trabalha muito pouco, pouquíssimo?

Por quê a universidade não está atraindo, como atraía antes, os melhores cérebros do país (tem alguns ainda, graças a Deus, mas não todos, não tantos quanto devia)? E por que a universidade perdeu sua capacidade crítica, que vocês querem que tenha e eu também quero, além de ter perdido sua capacidade, como nós gostaríamos, de produção de conhecimento? Que está acontecendo?

Vou oferecer a vocês duas respostas a essas questões, duas respostas que eu entendo encadeadas. Já pensei muito nisso, não estou inventando hoje, é um assunto que me preocupa muito. Penso nisso há muitos anos. Acho que está acontecendo essa crise porque a universidade pública estatal brasileira é ineficiente. Ela é vista como não produtiva. Ela tem um custo para a sociedade que é alto demais em relação àquilo que a sociedade está disposta a pagar por ela. Isto é sério, se isso for verdade. Em função disso, a universidade pública estatal brasileira vive uma crise de legitimidade. Legitimidade no sentido weberiano do termo, quer dizer, ela perdeu o apoio da sociedade. Ou perdeu o apoio que devia ter na sociedade. Ela precisava ter muito mais apoio do que tem. Esse é o problema.

“Por que você está dizendo isso? Isso atinge a todos nós, quais são os sintomas, as demonstrações disso?” A demonstração para mim mais clara é a seguinte: todos os governos democráticos do Brasil, no nível federal e estadual, dizem

A universidade pública estatal é ineficiente e vista como não produtiva. Tem um custo alto demais em relação àquilo que a sociedade está disposta a pagar por ela. Em função disso, vive uma crise de legitimidade



sempre, desde 1985, uma frase: “A nossa prioridade é o ensino fundamental”. Depois o ensino médio, o ensino profissional, portanto a última prioridade de todos os governos democráticos é a universidade. Ora, será que esses políticos que falam isto, de todos os partidos e que estiveram em todos os governos que têm universidades, será que esses políticos estão falando isso porque estão insensíveis ao povo, estão ignorando seu eleitorado? Não creio. Há algo de podre no reino da Dinamarca.

Há uma crise de legitimidade, não tenham dúvida, da universidade brasileira, que nós precisamos tomar conhecimento dela e enfrentá-la. Agora, será justa a avaliação da sociedade? Porque essa é uma avaliação da sociedade: que a universidade é uma coisa cara e feita para rico, rico num conceito amplo, que inclui boa parte da classe

média. Ela é cara e feita para rico, porque os pobres ou não vão para a universidade coisa nenhuma, ou, quando vão a universidades, vão a universidades privadas ou públicas não estatais — mas principalmente privadas, com objetivo de lucro, pagam um dinheirão e têm um ensino de quinta categoria.

Então essa universidade é cara para a sociedade e destinada aos ricos. E como político consegue voto é do povão, fica complicado. Estamos aí com um problema sério que temos que enfrentar. Mas será que essa avaliação é correta? Não vou entrar aqui em número, já vi muito número para lá e para cá, não vou fazer pesquisa de número agora, não é a minha área. Os números que vi para lá e para cá indicam sempre que a universidade brasileira pública estatal é pelo menos cara, se não é escandalosamente cara é pelo menos

cara em termos de custo por aluno. E se for comparar em termos de qualidade é muito cara. Ela custa mais ou menos o que custa uma universidade média americana. Isso a universidade federal brasileira, não a USP, que é uma universidade de escol.

Mas o drama também, e esse é um drama que em São Paulo a gente sofre menos do que se sofre no nível federal, é que a universidade trata todo mundo igual. Seja um professorzinho de baixíssima qualidade, com uma titulação da pior qualidade, seja uma Marilena Chauí, se for doutor ganha a mesma coisa. Ponto. É um escândalo isso. Não incentiva ninguém, não ajuda ninguém. É verdade que você tem uma minoria de trabalhadores que são excelentes, extraordinários, trabalham muito etc. Mas você tem essa grande maioria que não trabalha. E temos também um problema muito sério, o problema da aposentadoria. Todos sabemos que a aposentadoria dos professores universitários é em idades ridiculamente baixas.

Salários ridiculamente baixos, aposentadorias muito cedo, sem nenhuma correspondência com o tempo de trabalho, são essas as avaliações que existem na sociedade. Certas ou erradas, acho que estão basicamente certas, exigem que nós pensemos no assunto. Temos dois paradoxos aqui: primeiro, o paradoxo de ser um privilégio ser professor dela, embora os salários sejam miseráveis. Estranho isso, nada mais difícil do que ser professor da universidade pú-

blica estatal brasileira, não só da USP, precisa anos e anos de graduação, mestrado, doutorado e depois se submeter a uma permanente presença, e afinal consegue ser professor. E há um privilégio aí, porque ele realmente se diferencia do resto da humanidade porque ele é um professor. E depois ganha uma miséria. É um paradoxo, uma coisa muito estranha.

Seja um professorzinho de baixíssima qualidade, seja uma Marilena Chauí, se for doutor ganha a mesma coisa. É um escândalo. É verdade que há uma minoria de trabalhadores excelentes. Mas há essa grande maioria que não trabalha

O outro é o seguinte: como é que se explica uma crise de legitimidade da universidade brasileira num momento em que vivemos um desenvolvimento tecnológico e científico sem precedentes, e no qual então, diante desse desenvolvimento tecnológico e científico, que envolve inclusive problemas sociais e morais da maior gravidade, uma universidade crítica, pensante, produtiva, seria (seria

não: é) absolutamente importante para o país.

Nunca se precisou mais da universidade do que hoje. No entanto, esta universidade está numa crise de legitimidade perante a sociedade. Como enfrentar essa crise? Eu devo ter sido convidado para esta palestra porque escrevi um artigo que saiu numa coluna do *Mais!* que foi dedicado à universidade. Foi por acaso que escrevi naquele número, porque mandei o artigo para a página 3 da *Folha*. O editor da página 3 viu o artigo, disse: “Você não quer concordar que publique no *Mais!*, porque nós estamos publicando um número especial sobre a Universidade?” Falei: “Sem dúvida, com muito prazer”. Então meu artigo saiu junto com os dos demais colegas professores que estavam lá.

O tom dos outros professores, não vou dizer de todos, mas o tom que eu senti lendo os outros artigos, foi um tom lamentoso, entre lamentoso e indignado. Mas mais lamentoso que indignado, não podendo compreender como a universidade chegou a este ponto. Era este mais ou menos o clima da coisa. Que é o paradoxo. Mas não diziam o que fazer. Porque alguma coisa tem que se fazer.

Entendo que para nós enfrentarmos esta crise de legitimidade em que a universidade se encontra, para termos uma universidade que seja crítica e produtiva ao mesmo tempo, precisamos de uma reforma institucional na universidade. Esta reforma institucional, no meu entender, envolve cinco

objetivos, ou cinco estratégias, e a própria reforma institucional. E aí a resposta: de que universidade nós precisamos.

Em primeiro lugar, precisamos de uma universidade que seja competitiva, no nível nacional e no nível internacional. As melhores universidades do mundo são altamente competitivas, e são competitivas geralmente não no nível de universidades, também universidade, mas no nível de departamento. Os departamentos de economia, os departamentos de filosofia, os departamentos de ciência política, os departamentos de física das universidades americanas e européias competem entre si fortemente, pela excelência, porque há toda uma quantidade de avaliações que são feitas, formais e informais (a maioria informal, mas tem tanto uma quanto a outra), e todo mundo sabe qual é o *ranking* dos departamentos.

O *ranking* é mais ou menos esse e quem está no alto do *ranking* tem os melhores alunos, tem as maiores verbas. Quem está lá embaixo do *ranking* está mal. Então a competição é dura. Não há a idéia de monopólio de jeito nenhum. A universidade pública brasileira está marcada pela idéia do monopólio. Então isto é uma coisa fundamental, você ser competitivo, e competitivo não só no nível nacional, no nível internacional também.

Quando fizemos a abertura da nossa economia, nós estávamos dizendo para os empresários: tenham de competir internacionalmente, porque aliás você não tem

outra alternativa, ou você compete ou eles liquidam conosco. Com essa taxa de câmbio quase nos liquidaram, a taxa de câmbio valorizada que eles fizeram durante cinco anos. Quando você diz isso, por que não dizer a mesma coisa para os intelectuais brasileiros, sejam eles os professores universitários, sejam os artistas? Façam uma produção que seja muito

Ninguém pode fazer

uma culturazinha

de quintal,

protegidinha.

Isso acabou.

Ou somos capazes

de ser competitivos

entre nós, e no nível

internacional, ou

não teremos uma

universidade

com legitimidade

brasileira, mas seja internacionalmente competitiva, seja de alto nível. Esse é nosso desafio. Ninguém pode fazer uma culturazinha de quintal, protegidinha. Isso acabou. Ou somos capazes de ser competitivos nacionalmente, entre nós, e no nível internacional, ou não teremos uma universidade com legitimidade.

Segundo: precisamos de uma universidade com autonomia ad-

ministrativa e financeira. Acho um absurdo que uma universidade como a USP, como a Federal do Rio de Janeiro, ou qualquer outra universidade pública estatal, a Universidade de Brasília, as grandes universidades, a do Rio Grande do Sul, a Unicamp, sejam universidades que não têm nenhuma autonomia administrativa e financeira. Têm ampla autonomia acadêmica, mas autonomia financeira não têm nenhuma.

Terceiro: precisamos de um Estado que financie a universidade com recursos adequados, e que esse financiamento seja dado em três partes — ou três *tranches*, como gostam de dizer os banqueiros: o Estado deve transferir o dinheiro para uma agência reguladora (tipo Fapesp, mas é uma outra), e essa agência reguladora então é que distribui. Aqui em São Paulo você tem três *tranches*, uma das quais a Fapesp já realiza e o CNPq já realiza bem o papel. A primeira é para pesquisa, distribuída para cada pesquisador ou grupo de pesquisas, isso é o que já tem no Brasil. Tem com a Fapesp, tem com o CNPq. A outra é para o ensino, quer dizer, proporcional ao número de alunos e à qualidade do ensino, como a das pesquisas é proporcional à qualidade das pesquisas. E a terceira é para pesquisa e a publicação mais global, para financiar a infra-estrutura, não é para cada pesquisador, vai para a universidade. Mas proporcional então à quantidade de pesquisa e à qualidade da pesquisa e da publicação dessa universidade. Estas as três

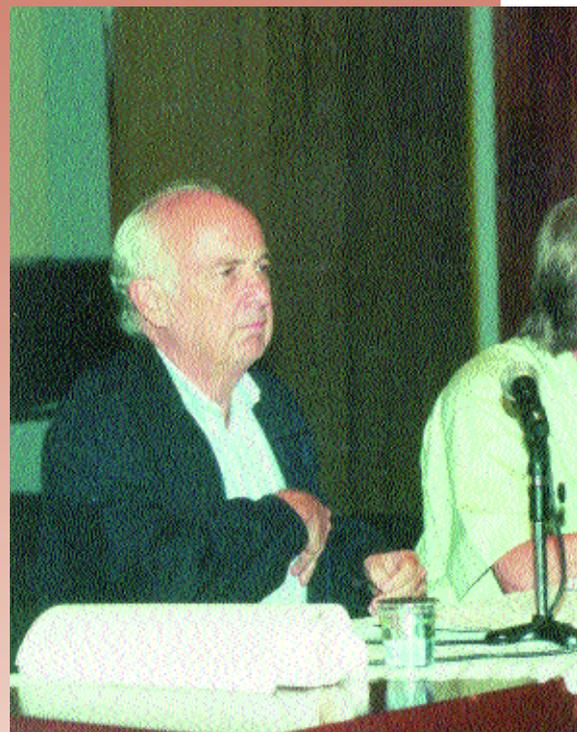
tranches de um financiamento adequado que deve ter a universalidade.

E finalmente a agência reguladora. Agora, como é possível fazer isso? Para fazer essas coisas — a universidade ser competitiva, autônoma financeiramente, bem financiada, e financiada de acordo com o mérito, de acordo com a qualidade do trabalho que ela realiza (porque é competitiva porque ela vai ganhar mais se tiver melhor desempenho, óbvio), há um problema fundamental: há uma incompatibilidade intrínseca, a meu ver, entre a universidade ser essas coisas e ser estatal. A universidade deve ser pública mas não deve ser estatal.

Nenhuma das universidades americanas e inglesas é estatal, no meu entendimento. As francesas e alemãs continuam estatais. E tenho impressão de que se vocês forem examinar o desempenho das universidades francesas e alemãs, comparadas às inglesas e americanas, o desempenho das americanas e inglesas é bem melhor. E olha que eles têm uma tradição de universidade estatal e de burocracia estatal na França e na Alemanha muito poderosas, e um sentido de dever cívico muito profundo. Mas por que a universidade estatal é incompatível com uma universidade autônoma e competitiva? Porque uma universidade estatal é uma universidade de funcionários públicos.

Isso... é para rir mesmo. Mas é para rir mesmo, porque isso é inconcebível. Estou aqui para conversar com vocês e pensar com

***Por que a
universidade estatal é
incompatível com
uma universidade
autônoma e
competitiva? Porque
uma universidade
estatal é uma
universidade de
funcionários públicos.
Isso... é para rir
mesmo, porque isso é
inconcebível***

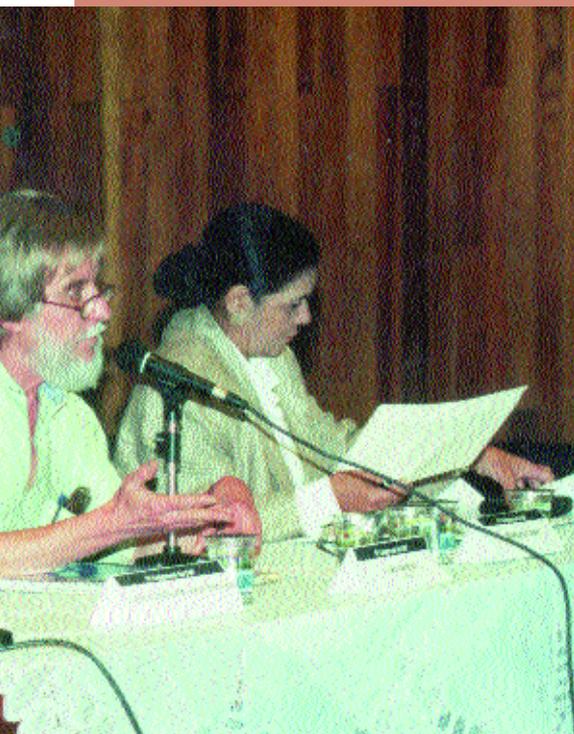


vocês. Eu já pensei muito nesse assunto. O serviço público é uma coisa extremamente importante. O Estado é uma coisa fundamental em qualquer nação, você tem que ter um Estado que regule inclusive o mercado. O Estado é fundamental, tem que ser fortalecido, e no Estado existem servidores públicos, que têm um papel fundamental na regulação da economia. Mas os servidores públicos, que são funcionários públicos, são aqueles que realizam funções exclusivas de Estado, ou seja, as funções em que há poder de Estado.

O juiz, o promotor, o delegado de polícia, o fiscal, esses são homens que recebem um poder do Estado e por isso são funcionários públicos. Agora, para ensinar,

pesquisar, como também ser médico, enfermeiro, professor, não tem o menor sentido ser funcionário público, nesse sentido. Você tem que ser funcionário de uma instituição pública não estatal, sem fins lucrativos, com todos os direitos que for legítimo e possível dar. Mas nunca ser funcionário público.

Porque na hora que você é funcionário público, que acontece? Vamos imaginar que eu dê autonomia, autonomia de verdade, para a Universidade de São Paulo. Que quer dizer autonomia de verdade? Quer dizer o seguinte: você pode contratar os funcionários que quiser, professores e funcionários, na quantidade que quiser e pelo salário que quiser pagar. Isto é autonomia. A Fundação Getúlio



No fundo, estou propondo que a universidade brasileira tenha o mesmo modelo que a universidade americana ou a universidade inglesa. Quando estive no governo, propus um modelo que é a chamada organização social

Vargas, que é autônoma, ou a PUC, podem fazer isso. Não tem nenhuma lei que determine o número de funcionários, muito menos outra lei que diz qual é o salário dessas instituições públicas não estatais.

Nos Estados Unidos você tem dois tipos de universidades: as estaduais, como a Michigan State, a University of California etc. e as privadas, como Harvard, MIT, Chicago. Eu digo para os americanos: “Vocês não têm nem privada nem pública, nem estadual”. Porque as estaduais não têm nenhum funcionário público e são perfeitamente autônomas. E as privadas não são privadas, são públicas, ninguém fica rico delas, são públicas não estatais. Aqui, se eu der essa liberdade ao reitor, que vai

acontecer? Eles aumentam os salários, aumentam o número de funcionários, e quem paga é o Tesouro do Estado? Não faz sentido nenhum isso. Seria uma absoluta irresponsabilidade de quem fizesse uma coisa dessas.

Agora, se você for autônomo, você diz assim: “Está aqui o orçamento, o orçamento me dá isso”. Esse orçamento vem de uma tradição, e se conquista mais valor, mais quantidade de orçamento, porque entendo que a universidade deve ser fundamentalmente financiada pelo Estado, muito secundariamente por receitas de outra origem. No fundo, estou propondo aos senhores que a universidade brasileira tenha o mesmo modelo mais ou menos que tem a universidade americana ou a uni-

versidade inglesa. Modelo estrutural, institucional, que nós mudemos as nossas instituições aqui para caminharmos nessa direção. Dessa forma entendo que a universidade poderá a médio prazo recuperar a sua legitimidade e tornar-se a coisa importante que nós precisamos.

Quando estive no governo, propus um modelo que poderia servir para a universidade, que é a chamada organização social. Aquilo pode servir de base, e eu não tenho tempo para explicar aqui, pode ser nos debates. Cada Estado, e o governo federal especificamente, devia fazer uma lei que fosse amplamente discutida por todos vocês e pela sociedade, em que se criassem as organizações especiais das universidades, que se garantisse a elas o financiamento, a autonomia e a responsabilidade, porque o que se quer é autonomia com responsabilidade, não autonomia para que depois o outro pague.

Se você aumentar o salário e depois não tiver como pagar o problema é seu, porque está aqui o seu orçamento, que vai ser discutido de forma política, respeitável, a partir de todo um processo político e democrático que existe no país. Pode ser que haja outros caminhos. Certamente este caminho que estou dizendo permite muitas alternativas, muitas formas de realizar, mas eu realmente peço a vocês que pensem seriamente e debatam seriamente isso que estou dizendo, porque por aí há um caminho para sairmos da crise. Muito obrigado. 